



## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS

### PARECER

#### 1. Análise das Propostas:

Encontra-se no âmbito desta Comissão, para os procedimentos regimentais, o Projeto de Lei nº 8.262/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018 e dá outras providências.

A esta Comissão compete à apreciação das matérias atinentes a Constitucionalidade, Legalidade e Juridicidade de todas as proposições submetidas à apreciação do Poder Legislativo Municipal, vide o art. 249, da Resolução nº 554/2010.

Entende-se por proposições os seguintes objetos: projeto de lei, pareceres, projetos de resolução, decreto legislativo, requerimentos, **emendas**, projetos de lei de iniciativa popular e as indicações, tudo conforme preceitua o art. 122 do R. I.

O poder de apresentar emendas, por parte das Comissões, advém da previsão contida no art. 151 do R.I que expressamente aduz:

Art. 151 – Nos casos em que a Comissão concluir pela necessidade de a matéria submetida ser **consubstanciada em proposição**, o parecer deverá contê-la devidamente formulada.

Ato contínuo, o projeto de lei que trata das Diretrizes Orçamentárias é suscetível de emendas parlamentares, desde que sejam atendidos os requisitos legais e constitucionais que incidem sobre o ato, observe-se o que determina a Constituição Federal:

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

(...)

§ 4º **As emendas** ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas **quando incompatíveis com o plano plurianual**.

Ato contínuo a LOM condiciona a outro elemento, qual seja:



Art. 36 - São de iniciativa exclusiva do Poder Executivo as leis que disponham sobre:

(...)

IV - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento e matéria tributária;

Deste modo, claras são as balizas que devem permear análise jurídica das sugestões legislativas de emendas à LDO. Superada tal fase, convém analisar todas as emendas legislativas propostas, utilizando-se da metodologia da previsão no PPA e atendimento a devida iniciativa, ciente de que a CLRL, por seu relator, vai analisar a proposição segundo sugerido expressamente pelos autores, com as devidas emendas, se necessárias.

Emendas com parecer favorável *in totum*: Emenda **nº 169 de 2019**, Emenda **170 de 2019**, Emenda **nº 171 de 2019**, Emenda **176 de 2019**, Emenda **nº 177 de 2019**, Emenda **nº 178**, Emenda **nº 181 de 2019**.

Emenda rejeitada de **nº 172 de 2019**.

Emendas aprovada com emenda substitutiva: Emenda **nº 173 de 2019**, Emenda **174 de 2019**, Emenda **nº 175 de 2019**, Emenda **nº 179 de 2019**, Emenda **nº 180 de 2019** e Emenda **nº 182 de 2019**.

## **2. Conclusão**

Portanto, a manifestação do relator é sobre a conveniência da aprovação das emendas, visto que estas são compatíveis com o plano plurianual, vide art.96, §4º e 97 e incisos, todos da Lei Orgânica do Município de Caruaru. Assim, conhecendo da fundamentação, a Comissão de Legislação e Redação de Leis, de forma unânime, emite **parecer favorável às emendas apresentadas em anexo e suas emendas substitutivas**.

**Sala das Comissões e Reuniões Vereador Wanderley Oliveira**

**Vereador Pb. Andrey Gouveia-** Presidente da Comissão de Legislação e Redação de Leis



**Vereador Pierson Leite** – Membro da Comissão de Legislação e Redação de Leis

**Vereador Daniel Lula Finizola**- Membro da Comissão de Legislação e Redação de Leis